

## “QUANDO É VIOLÊNCIA? UM ESTUDO ACERCA DAS CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS”

RODRIGO LEMOS SOARES<sup>1</sup> (autor)

RAQUEL PEREIRA QUADRADO<sup>2</sup> (orientadora)

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: química da vida e saúde ampla parceria FURG/UFRGS/UFSC – Universidade Federal do Rio Grande - [guidodanca@hotmail.com](mailto:guidodanca@hotmail.com)

<sup>2</sup>Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: química da vida e saúde ampla parceria FURG/UFRGS/UFSC – Universidade Federal do Rio Grande - [raquelquadrado@hotmail.com](mailto:raquelquadrado@hotmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Segundo MORAIS (*apud* CAETANO, 2005) a violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo físico, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à integridade psíquica. É possível notar, a partir das publicações, uma migração do privado para o público, no sentido da visibilidade que as ações ditas como violentas tem recebido, e assim, interessa-nos como os sujeitos entendem os atos violentos, a partir de relações conjugais homoafetivas no município do Rio Grande/RS. O problema de pesquisa consiste em problematizar o que vem sendo entendido como violência.

RAMOS (2006) relata que a violência entre casais do mesmo sexo tem sido “negada ou ocultada” pela comunidade homossexual, tendo em vista que ela reforça estereótipos negativos, e pelos investigadores da área, porque se prende ao pressuposto feminista de que a violência é filha da desigualdade de gênero. Segundo esta pesquisa, a sociedade tende a encarar as “relações homossexuais como igualitárias, imunes à violência íntima”.

Em BAUMAN (2008), violência é conceito contestável quanto à legitimidade. Segundo o autor, “na luta pelo poder, a violência é ao mesmo tempo um meio e um risco, cujo objetivo é legitimar a coerção” (p. 260). A “guerra contra a violência” é travada em nome do monopólio da coerção, o seu objetivo, a eliminação da violência, é o estado no qual esse monopólio não é mais contestado, ou seja, a não violência é a ausência de coerção não autorizada (p. 262), sendo que a coerção institucionalizada como segurança se dissolve na vida cotidiana, tornando-se invisível.

Já, BOURDIEU (1999) alega que as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com as suas armas como a violência física e simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado (p.14). Esse referencial é o nosso aporte a ser problematizado ao longo do estudo.

Segundo SUGIZAKI (2011) “a palavra violência não é um conceito em Foucault. Seu aparecimento mais significativo em discurso eminentemente conceitual ocorre quando da tentativa do filósofo de explicitar o que entende por poder e, mais especificamente, por relações de poder”. A partir do referido autor e seu citado, abordaremos nas análises que tipos de relações se estabelecem, entendendo que o poder está entre os sujeitos, que não somos receptáculos, mas sim participantes e atuantes, nas redes de poder.

Para FALEIROS (1998) a violência não é entendida como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo.

Articulamos esse breve referencial sobre, começando por uma demarcação mais difundida nos meios sociais, com um conceito atravessado por naturalizações. No entanto, nossa proposta é também levantar questionamentos desnaturalizantes, que apontem formas de violência que podem ou não serem marcadas, pois como objetivamos, dependem dos entendimentos dos sujeitos acerca dos significados de marcas, agressões, relações de poder e inclusive sobre um possível conceito de violência, entendimentos que poderão influenciar os rumos da pesquisa, na sua sequência.

## 2. METODOLOGIA

Para produzir essa pesquisa partimos dos Estudos Culturais (EC) que, segundo ESCOTEGUY (1998), é o “movimento mais recente onde autores contemporâneos almejam uma conexão mais forte entre estudos culturais – centrados mais numa análise teórica e de crítica cultural – e intervenção política” (p. 4). Segundo a autora, “apesar da inexistência de consenso a respeito, os EC – ou pelo menos uma vertente dentro deles – se configuram numa aproximação crítica à cultura contemporânea” (p.5). Nesse sentido, estamos nos valendo dos estudos sobre a sexualidade humana e deles em específico, estamos focados da noção de violência entre casais homoafetivo.

Em linhas gerais, nesse tipo de abordagem, a cultura é entendida como espaço de contestação e conflito e, também, de consenso e reprodução social. Além disso, os EC, para ESCOTEGUY (1998) “caracterizam-se pelo reconhecimento da existência da ação social e pela importância dada ao contexto, ou seja, atenta-se para as especificidades e particularidades culturais articuladas a uma conjuntura histórica determinada”. Essa perspectiva teórica vem mostrando que há uma gama de culturas que precisam ser investigadas, considerando suas particularidades.

A investigação narrativa salta a essa pesquisa como ferramenta metodológica do ouvir histórias da forma como os indivíduos experimentaram a violência e a partir dela, como se identificam, nos lugares de onde se sentem seguros e dispostos a falar. Ao relatarmos as vidas e contarmos as histórias, afirmamos que somos investigadores narrativos, pois como expressam CONNELLY e CLANDININ (1995) buscaremos recolher fatos de vidas, descrevê-los para contarmos histórias sobre eles, investigando e escrevendo sobre relatos de experimentações, no caso com a violência entre os casais homoafetivos.

No campo das ferramentas optamos, em um primeiro momento, pelo grupo focal (GF). Para GATTI (2005) esta técnica de produção de dados justifica-se pela possibilidade de maior abrangência de sujeitos pesquisados, facilidade de obter dados com curto espaço temporal de exposição à pesquisa, envolvido em uma produção cuidadosa acerca do que se questionará, a quem e como, tendo em vista, a exposição dos sujeitos ao grupo formado e ao tom da conversação e explanação de tópicos específicos que revelarão pontos íntimos de cada participante. A autora ainda afirma que o GF “possibilita diversos pontos de vista sobre o mesmo tema, através da interação, criada entre as participantes, aspecto primordial para obtenção das informações”. Essa técnica, também, permite a captação de significados que talvez não aparecessem em outros meios, priorizando, dessa forma, as experiências pessoais que surgem durante as discussões em grupo, o que poderá fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado.

Nossos sujeitos de pesquisa são vinculados a Associação de Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais/Travestis (ALGBT) do município do Rio Grande/RS. Além desse ponto comum, todos autodeclararam ter sofrido algum tipo de violência quando em uma relação conjugal homoafetiva. Eis os pontos em comum necessários a pesquisa com o GF, como sugere GATTI (2005). Foi realizado um encontro até o momento, na sede da ALGBT, no qual discutimos o tema da pesquisa. Caso seja necessário ao final da mesma, retornaremos aos sujeitos realizando, outro encontro em grupo ou para realizarmos entrevistas semiestruturadas.

### 3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Como resultado, os sujeitos têm apresentado em suas narrativas dados que apontam para a violência como algo naturalizado, por vezes invisibilizado em suas relações. O conceito de violência funde-se entre sentidos múltiplos, ora ele emerge como algo negativo, de sobreposição de força que machuca e faz doer, em outros momentos as manifestações de uso da força situam-se no sentido do prazer corporal. Alguns sujeitos questionam sobre a necessidade de se promover a discussão, sendo que ela pode ter um impacto indesejado pela comunidade lgbt, tendo em vista, que assumir a ocorrência de práticas violentas pode realmente denegrir a imagem dos grupos. Além disso, os sujeitos agredidos, em um sentido de negatividade, geralmente são aqueles que representam caracteres de feminilidade, ou seja, aqueles que assumem um suposto papel de feminino na relação, vinculando essa prática a uma forma de reprodução cultural heteronormativa masculinista.

### 4. CONCLUSÕES

As análises iniciais apontam que os sujeitos estudados expressam em suas narrativas que os atos de violência são justificáveis por haver um culpado, no caso, o sujeito agredido, marcando a produção de corpos e identidades de submissão. Além disso, as violências associadas à homossexualidade se por um lado marginalizam os indivíduos, por outro, podem possibilitar redes de sociabilidade constituídas, sobretudo, pela solidariedade. Somado a estes, o conceito de violência apresenta-se até o momento como flutuante, sem característica única, sendo definido de diferentes formas, a partir das práticas culturais e corporais dos sujeitos participantes do grupo focal.

### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helen Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAETANO, M. R. V. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

CONNELLY, F. M. e CLANDININ, D. J. Relatos de Experiência e Investigação Narrativa. In: LARROSA, J. et alii, **Déjame que te Cuente**. Barcelona: Ed. Laertes, 1995.

ESCOSTEGUY, A. C. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. 1998. Acessado em 09 de mai. de 2014. On line. Disponível em: [http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos\\_culturais\\_ana.pdf](http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf)

FALEIROS, V. de P. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. In: Anais do Congresso Nacional de Assistentes Sociais, ed. 9, Brasília, 1998. Acessado em 24/05/2014. On line. Disponível em: <http://www.andi.org.br/pagina-minissite-violencia-sexua/artigos-de-especialistas>

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

RAMOS, D. Agressões entre casais gay estão a crescer. **Igualdade no casamento**. Portugal. 2006. Acessado em 23 de abr. de 2014. On line. Disponível em: <http://igualdadencasamento.wordpress.com/2006/03/30/agressoes-entre-casais-gay-estao-a-crescer/>

SUGIZAKI, Eduardo. Foucault e a violência. **FlashUCG**. 2011. Acessado em: 01/07/2014. On line. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/080708foucault.html>